



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**PROCESSO Nº 0004392-53.2024.2.00.0814 CLASSE:
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS (1199)
REQUERENTE: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ
REQUERIDO: CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA – TJPA**

DECISÃO/OFÍCIO CIRCULAR Nº 153/2024-CGJ/TJPA

EMENTA: STJ. DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA SOBRE INTEGRIDADE JUDICIAL. DIRETRIZES PARA A INDEPENDÊNCIA JUDICIAL. TRANSPARÊNCIA. USO ÉTICO DE NOVAS TECNOLOGIAS. IGUALDADE DE GÊNERO. BEM-ESTAR DOS MAGISTRADOS E MAGISTRADAS. OFÍCIO CIRCULAR A MAGISTRADOS DO TJPA.

Trata-se de comunicação da Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais do Superior Tribunal de Justiça (STJ), referente à Declaração de Brasília sobre Integridade Judicial, aprovada durante o Encontro Regional de Integridade Judicial para a América Latina e o Caribe, realizado em Brasília-DF, de 6 a 8 de agosto de 2024.

O evento, organizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), pelo STJ e pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), contou com a participação de 80 representantes judiciais de 21 países, que debateram temas emergentes e estruturais para a integridade e independência judicial na região. Do Brasil, participaram representantes de tribunais de justiça, de tribunais regionais federais e tribunais regionais do trabalho.

A Declaração destaca como prioridades o fortalecimento da independência judicial, com medidas para garantir segurança, recursos e transparência nos processos de transferência de magistrados, visando preservar a estabilidade no cargo; a promoção de justiça aberta e transparência, incentivando a comunicação clara entre o Judiciário e o público; e a implementação ética de novas tecnologias e ferramentas de inteligência artificial, com capacitação dos magistrados para assegurar a privacidade e a integridade dos processos.

Além disso, estabelece diretrizes para políticas de igualdade de gênero no Judiciário e incentiva iniciativas voltadas ao bem-estar dos magistrados e magistradas, considerando um ambiente de apoio e valorização de sua saúde e equilíbrio emocional, entre outras.

Diante do exposto, expeça-se Ofício Circular a todos os magistrados e magistradas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), anexando a Declaração de Brasília sobre Integridade Judicial como documento orientador para o aprimoramento das práticas judiciais locais, em consonância com as diretrizes internacionais.

Cumprida a diligência, certifique-se e após, ARQUIVE-SE.

À Secretaria, para cumprimento, servindo cópia desta de ofício. Belém, data registrada no sistema.

Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR
Corregedor-Geral de Justiça





Número: **0004392-53.2024.2.00.0814**

Classe: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS**

Órgão julgador colegiado: **Corregedoria Geral de Justiça do Pará**

Órgão julgador: **Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Pará**

Última distribuição : **23/10/2024**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Fiscalização**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ (REQUERENTE)			
PARÁ - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - TJPA (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
5082403	23/10/2024 12:35	INFORMAÇÃO	INFORMAÇÃO
5082404	23/10/2024 12:35	e-mail	Documento de Comprovação
5082407	23/10/2024 12:35	ES_Regional Meeting on Judicial Integrity_ Final Statement_ (25 Sept)	Documento de Comprovação
5082405	23/10/2024 12:35	EN_Regional Meeting on Judicial Integrity_ Final Statement_ (25 Sept)	Documento de Comprovação
5082406	23/10/2024 12:35	PT_Regional Meeting on Judicial Integrity_ Final Statement_ (25 Sept)	Documento de Comprovação
5092125	29/10/2024 15:56	Decisão	Decisão

(e-mail)- Divulgação - Declaração de Brasília sobre Integridade Judicial





Divulgação - Declaração de Brasília sobre Integridade Judicial

De Assessoria Internacional <AssessoriaInternacional@stj.jus.br>

Data Sex, 18/10/2024 16:04

📎 3 anexos (700 KB)

ES_Regional Meeting on Judicial Integrity_ Final Statement (25 Sept).pdf; EN_Regional Meeting on Judicial Integrity_ Final Statement_ (25 Sept).pdf; PT_Regional Meeting on Judicial Integrity_ Final Statement_ (25 Sept).pdf;

Algumas pessoas que receberam esta mensagem não costumam receber emails de assessoriainternacional@stj.jus.br. [Saiba por que isso é importante](#)

Prezadas(os) senhoras(es),

Temos a satisfação de enviar-lhes anexada a **Declaração de Brasília sobre Integridade Judicial**. O documento é resultado das deliberações tomadas no **Encontro Regional de Integridade Judicial para a América Latina e o Caribe**, realizado pelo Superior Tribunal de Justiça, pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), nos dias 6 a 8 de agosto.

O evento reuniu autoridades judiciais de 21 países. Do Brasil, participaram representantes dos tribunais de justiça, dos tribunais regionais federais e dos tribunais regionais do trabalho. Mais informações sobre o encontro podem ser encontradas nas notícias a seguir:

- [Encontro de Integridade começa com debate sobre independência do Judiciário na América Latina e no Caribe](#)
- [Questões de gênero e tecnologia encerram primeiro dia do encontro internacional sobre integridade judicial](#)
- [Segundo dia do Encontro de Integridade Judicial discute Justiça Aberta e desafios emergentes na América Latina e no Caribe](#)
- [Encontro de Integridade Judicial apresenta recomendações aos Judiciários da América Latina e do Caribe](#)

Encaminhamos igualmente mensagem da UNODC aos participantes, abaixo transcrita:

"Prezados(as) participantes,

Agradecemos mais uma vez por sua valiosa participação em nosso Encontro Regional sobre Integridade Judicial para a América Latina e o Caribe, realizado na cidade de Brasília no último mês de agosto. Seu comprometimento e colaboração foram fundamentais para o sucesso deste evento.

Em consonância com nossos compromissos, permitimo-nos compartilhar com vocês a versão final da Declaração de Brasília sobre Integridade Judicial, que elaboramos em conjunto durante o evento. Estamos convencidos de que essa Declaração servirá como um guia de ação fundamental para os poderes judiciários, com o objetivo de promover e apoiar a integridade judicial frente aos desafios emergentes na região.

Aproveitamos também para compartilhar as apresentações disponíveis realizadas durante o evento sobre os diferentes temas, que reúnem as experiências de diversos países da



região: [Apresentações IJ Regional - Hub](#).

Por fim, com o objetivo de mantermos o contato, estamos criando uma base de dados com os contatos dos participantes do evento. Caso não deseje fazer parte da mesma ou que suas informações de contato não sejam compartilhadas com os demais participantes, por favor, nos avise.

Todos os materiais e informações adicionais sobre a Rede Mundial de Integridade Judicial estão disponíveis em: [Integridade Judicial \(unodc.org\)](#).

Estamos à disposição e esperamos continuar trabalhando juntos em futuras iniciativas para o fortalecimento da integridade e prevenção da corrupção nos poderes judiciários da região.

Cordialmente,
Hub Anticorrupção para a América Latina e o Caribe"

Agradecendo-lhes a gentileza de difundir o documento perante a magistratura, ficamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,



Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais

Superior Tribunal de Justiça do Brasil (STJ)

+55 61 3319-6063

internacional@stj.jus.br



REGIONAL MEETING ON JUDICIAL INTEGRITY FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

6-8 AUG 2024 | BRASÍLIA, BRAZIL



Reunião Regional de Integridade Judicial para a América Latina e o Caribe

Brasília, Brasil, 6 a 8 de agosto de 2024

Declaração Final

As seguintes recomendações, que coletivamente formam esta Declaração, resultam das discussões realizadas na Reunião Regional sobre Integridade Judicial para a América Latina e o Caribe, que ocorreu em Brasília, Brasil, de 6 a 8 de agosto de 2024. Organizado pelo Escritório da Organização das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), pelo Superior Tribunal de Justiça do Brasil (STJ) e pelo Tribunal Superior do Trabalho do Brasil (TST), o evento reuniu 80 presidentes de tribunais, ministros, membros do judiciário e especialistas de 21 países, bem como associações judiciais relevantes, proporcionando uma valiosa plataforma para debater os desafios críticos atuais e emergentes para a integridade e independência judicial na América Latina e no Caribe.

O evento baseou-se nos esforços contínuos do Hub Anticorrupção para a América Latina e o Caribe do UNODC, para apoiar os países na implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, incluindo seu artigo 11, que defende o fortalecimento da integridade judicial. O evento esteve alinhado com a visão e os objetivos da Rede Global de Integridade Judicial da UNODC para fomentar a troca de experiências e conhecimentos sobre desafios emergentes. Também apoiou a implementação dos roteiros adotados pelas três Plataformas Regionais Anticorrupção para a América do Sul e México, América Central e o Caribe, que identificam o fortalecimento da integridade judicial como uma das áreas prioritárias para a região.

Durante a reunião, os magistrados participantes da América Latina e do Caribe discutiram as áreas temáticas prioritárias destacadas abaixo que consistem em um desafio para os sistemas judiciais na região. As recomendações abaixo refletem os principais resultados dos debates durante o evento, capturando as ideias e sugestões coletivas sobre como promover a integridade judicial na região. Essas recomendações têm o objetivo de servir como um guia de ação para os judiciários da região, reconhecendo que há interconexões entre as diferentes áreas temáticas e que certas recomendações são de natureza transversal.

Independência judicial como pilar do Estado de Direito:

- Garantir a segurança eficaz e eficiente para a função judicial, incluindo medidas de proteção física (pessoal e familiar), para proteger os processos de tomada de decisão contra pressões, ameaças e interferências indevidas, quando necessário, considerando a diversidade dos países da região e dentro dos territórios dos países.



REGIONAL MEETING ON JUDICIAL INTEGRITY FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

6-8 AUG 2024 | BRASÍLIA, BRAZIL



- Garantir os recursos orçamentários, humanos e materiais necessários (incluindo recursos de infraestrutura e formação) para que a função judicial opere de forma eficiente, eficaz e de maneira independente.
- Reconhecendo que a estabilidade do cargo é fundamental para a independência judicial, adotar processos claros e transparentes com base em critérios objetivos para a nomeação, promoção e transferência de juízes e promotores.
- Reconhecendo que uma comunicação eficaz por parte do Judiciário é fundamental para a independência judicial e o Estado de Direito, considerar estabelecer mecanismos e canais de comunicação profissionais e formais com o público para fortalecer a confiança pública no Judiciário e também considerar a possibilidade de ter apoio institucional para as decisões de seus membros, quando necessário.

Justiça aberta e transparência judicial:

- Proporcionar informação em linguagem clara, simples, concisa e inclusiva sobre o mandato, as funções e os procedimentos do judiciário de acordo com o público que receberá essas informações.
- Promover políticas de informação para usuários da justiça e servidores judiciais sobre condutas contrárias à ética judicial, bem como a forma como podem ser denunciadas.
- Desenvolver e conduzir programas de treinamento e conscientização para as partes interessadas a fim de promover um enfoque inclusivo para o desenvolvimento e a implementação de políticas que afetem a operação do sistema judiciário.
- Estabelecer unidades especializadas/pontos focais e protocolos para compartilhamento de informações e suporte ao usuário, que também sirvam como um canal de contato com a mídia.
- Incentivar parcerias com o meio acadêmico, a mídia, as associações da sociedade civil, os jovens, entre outros, para aumentar a conscientização sobre seus direitos e como eles podem ser participar na promoção da integridade.
- Promover a transparência, conscientizando os juízes sobre a percepção do público em relação suas ações e de como elas afetam a imagem do Judiciário como um todo.



REGIONAL MEETING ON JUDICIAL INTEGRITY FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

6-8 AUG 2024 | BRASÍLIA, BRAZIL



Novas tecnologias e inteligência artificial (IA):

- Desenvolver e implantar ferramentas e plataformas digitais para aumentar a eficiência e a acessibilidade da administração judicial, incluindo a gestão de processos e documentos, a distribuição e a ponderação dos processos, a calendarização, o arquivo eletrônico, a investigação jurídica e as audiências virtuais. Ao fazê-lo, gerir os riscos potenciais associados à brecha digital, à segurança e privacidade dos dados e à cibersegurança.
- Fornecer capacitação sobre os riscos e benefícios das novas tecnologias e IA para juízes e funcionários do tribunal, para que estejam bem equipados para aproveitar essas ferramentas de forma eficaz e ética, e garantir uma comunicação eficaz e programas de divulgação para sensibilizar as partes interessadas, incluindo advogados e o público, para aumentar a conscientização, superar resistências e criar confiança.
- Reconhecendo que a integração da IA nos processos judiciais é inevitável e reconhecendo o seu valor na detecção de falsificações profundas (deep fakes) e de provas que carecem de integridade, os judiciários devem aproveitar seus benefícios para aumentar a eficiência, gerenciar grandes volumes de dados e proteger-se contra ameaças conhecidas e potenciais causadas pelos avanços tecnológicos, defendendo simultaneamente os princípios da integridade, equidade, responsabilidade e transparência judiciais.
- Ao desenvolver e implementar ferramentas de IA no sistema judiciário, defina suas funções e limitações para evitar riscos éticos, como vieses inerentes, e garanta que a IA forneça assistência complementar aos membros do judiciário, que mantêm o controle e a responsabilidade finais sobre a tomada de decisões para garantir a legitimidade decorrente de sua função e status.
- Mantenha-se informado sobre os avanços tecnológicos e as tendências emergentes e avalie e adapte continuamente o uso da tecnologia e da IA para atender às necessidades em evolução, reconhecendo que pode chegar o momento em que a confiança do público seja maior em relação à tomada de decisões quando apoiada por algoritmos e IA, pois a probabilidade de preconceito, parcialidade, discriminação ou corrupção humana poderia ser reduzida ou eliminada.
- Facilitar o compartilhamento de experiências, a colaboração e a cooperação regionais em novas tecnologias e IA para abordar problemas regionais comuns, compartilhar boas práticas e experiências e abordar as possíveis consequências de uma exclusão digital.



REGIONAL MEETING ON JUDICIAL INTEGRITY FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

6-8 AUG 2024 | BRASÍLIA, BRAZIL



Questões relacionadas à integridade judicial e gênero:

- Recomenda-se que se publique anualmente dados oficiais sobre o número e porcentagem de homens e mulheres no Poder Judiciário, discriminando o lugar e nível e que um organismo internacional, como UNODC, as compile.
- Lembrar a necessária adoção de critérios obrigatórios e persuasivos para julgar com uma perspectiva de gênero, incluindo a interseccionalidade como um fator relevante.
- Promover programas integrais de capacitação focados na perspectiva de gênero para os operadores do direito e auxiliares e a comunidade em geral.
- Fomentar políticas públicas relacionadas a igualdades de gênero para os poderes judiciários, incluindo aquelas relacionadas com o acesso, a promoção, a discriminação positiva e um ambiente igualitário.
- Garantir um ambiente de igualdade livre do assédio e violência e estabelecer meios preventivos e sancionatórios para atingir esse objetivo, incluindo medidas multidisciplinares.

O bem-estar dos juízes como um desafio emergente para a integridade judicial:

- Promover uma cultura no Judiciário que priorize o bem-estar dos juízes, mantendo um ambiente de apoio, eliminando o estigma e incentivando os juízes a expressarem suas necessidades.



REGIONAL MEETING ON JUDICIAL INTEGRITY FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

6-8 AUG 2024 | BRASÍLIA, BRAZIL



Regional Meeting on Judicial Integrity for Latin America and the Caribbean *Brasília, Brazil, 6-8 August, 2024*

Final Statement

The following recommendations, collectively forming this Statement, are the result of discussions held at the Regional Meeting on Judicial Integrity for Latin America and the Caribbean, which took place in Brasília, Brazil from 6 to 8 August 2024. Organized by the United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), the National High Court of Brazil (STJ) and the Superior Labour Court of Brazil (TST), the event brought together 80 Chief Justices, Justices, members of the judiciary and experts from 21 countries as well as relevant judicial associations, providing a valuable platform to discuss critical current and emerging challenges to judicial integrity and independence in Latin America and the Caribbean.

Through UNODC's Regional Anti-Corruption Hub for Latin America and the Caribbean, the event continued to enhance support to States Parties in fast-tracking the implementation of the United Nations Convention against Corruption, including its article 11, which calls for strengthening judicial integrity. It aligned with the vision and objectives of the UNODC Global Judicial Integrity Network to foster experience-sharing and knowledge exchange on emerging challenges. It also supported the implementation of roadmaps adopted by three Regional Anti-Corruption Platforms for South America and Mexico, Central America and the Caribbean, which identify strengthening judicial integrity as one of the priority areas for the region.

During the meeting, the participating judiciaries from Latin America and the Caribbean engaged in discussions on priority thematic areas, which pose a challenge for the judicial systems in the region. The recommendations outlined below reflect the key outcomes of the discussions held at the event, capturing the collective insights and suggestions on advancing judicial integrity in the region. They are intended to serve as guidance for action by the judiciaries of the region, with recognition that thematic areas are interconnected and that some recommendations are therefore cross-cutting.

Judicial independence as a cornerstone of the rule of law:

- Ensure effective and efficient security for the judiciary, including physical protection measures (personal and family), to protect from undue pressure, threats and interference in their decision-making processes, if necessary, taking into account the diversity of countries in the region and within countries.



REGIONAL MEETING ON JUDICIAL INTEGRITY FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

6-8 AUG 2024 | BRASÍLIA, BRAZIL



- Ensure the necessary budget and human and material resources, including infrastructure and training, for the judiciary to operate effectively, efficiently and in an independent manner.
- Considering that the security of tenure for judges is fundamental to the independence of the judiciary, adopt clear, transparent and merit-based procedures and objective criteria for the appointment, promotion and transfer of judges and prosecutors.
- Considering that effective communication by the judiciary is fundamental to judicial independence and the rule of law, consider adopting measures to establish formal and professional mechanisms and channels of communication with the public to promote transparency and enhance public confidence in the judiciary and, where appropriate, consider providing institutional support for the decisions of its members.

Open justice and judicial transparency:

- Provide accessible public information about the mission, functions and procedures of the justice system in clear, simple and inclusive language appropriate according to the audience receiving the information.
- Promote information policies for justice users and judicial officers regarding behaviours or actions that constitute conduct contrary to judicial ethics as well as how these can be reported.
- Produce and conduct training and awareness programmes for various stakeholders to foster an inclusive approach to the development and implementation of policies affecting the operation of the justice system.
- Establish specialized units, focal points and protocols to foster information exchange and user support, also serving as a channel for contact with the media.
- Foster partnerships with academia, the media, associations, civil society and youth, among others, to raise awareness about their rights and how they can participate in promoting integrity.
- Promote transparency, raising awareness among judges about how the public perceives their actions and how these affect the image of the judiciary as a whole.



REGIONAL MEETING ON JUDICIAL INTEGRITY FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

6-8 AUG 2024 | BRASÍLIA, BRAZIL



New technologies and artificial intelligence (AI):

- Develop and deploy digital tools and platforms to increase the efficiency and accessibility of judicial administration, including case and document management, case distribution and weighting, scheduling, electronic filing, legal research and virtual hearings. In doing so, manage potential risks associated with digital divide, data security and privacy, and cybersecurity.
- Provide training on the risks and benefits of new technologies and AI for judges and court staff so that they are well-equipped to leverage these tools effectively and ethically and ensure effective communication and outreach programmes to sensitize stakeholders, including lawyers and the public, to raise awareness, overcome resistance and build trust.
- Acknowledging that the integration of AI in judicial processes is inevitable and recognizing its value in detecting “deep fakes” and evidence lacking in integrity, judiciaries should harness the benefits of AI in increasing efficiency, managing large volumes of data and safeguarding against known and potential threats caused by technological advancements while upholding the principles of judicial integrity, fairness, accountability and transparency.
- In developing and implementing AI tools in the judicial system, define the roles and limitations of AI to avoid such ethical risks as inherent biases, and ensure that AI provides complementary assistance to members of the judiciary, who retain ultimate control and responsibility over decision-making to guarantee legitimacy deriving from their role and status.
- Stay informed about technological advancements and emerging trends and continuously evaluate and adapt the use of technology and AI to meet evolving needs, recognizing that the time may well come when public confidence is greater in decision-making supported by algorithms and AI because the likelihood of human prejudice, bias, discrimination or corruption could be reduced or eliminated.
- Facilitate regional experience-sharing, collaboration and cooperation on new technologies and AI to tackle shared regional issues, share good practices and experiences, and address potential consequences of a digital divide.

Issues related to judicial integrity and gender:

- It is recommended that official data on the number and percentage of men and women in the judiciary, disaggregated by level and location, be published annually and compiled by an international organization, such as UNODC.



REGIONAL MEETING ON JUDICIAL INTEGRITY FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

6-8 AUG 2024 | BRASÍLIA, BRAZIL



- Recall the need to adopt obligatory and persuasive criteria for gender-sensitive judgements, including intersectionality as a relevant factor.
- Promote comprehensive gender-sensitive training programmes for lawyers, legal support staff, judicial administration and the community at large.
- Promote policies on gender equality in the judiciary, including those related to access, promotion, affirmative action and fostering an equitable environment.
- Ensure an environment of equality free from violence and harassment and establish preventive and punitive measures to achieve this goal, including through multidisciplinary approaches.

Judicial well-being as an emerging challenge to judicial integrity:

- Foster a culture within the judiciary that prioritizes well-being of judges, maintaining a supportive environment, removing stigma and encouraging judges to voice their needs.



REGIONAL MEETING ON JUDICIAL INTEGRITY FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

6-8 AUG 2024 | BRASÍLIA, BRAZIL



Reunião Regional de Integridad Judicial para América Latina y el Caribe *Brasilia, Brasil, del 6 al 8 de agosto de 2024*

Declaración Final

Las siguientes recomendaciones, que en conjunto conforman esta Declaración, son resultados de los diálogos sostenidos en la Reunión Regional sobre Integridad Judicial para América Latina y el Caribe, que tuvo lugar en Brasilia, Brasil, del 6 al 8 de agosto de 2024. Organizado por la Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito (UNODC), el Tribunal Superior de Justicia de Brasil (STJ) y el Tribunal Superior del Trabajo de Brasil (TST), el evento reunió a 80 presidentes de tribunales, magistrados, miembros del poder judicial y expertos de 21 países, así como a asociaciones judiciales relevantes, proporcionando una valiosa plataforma para discutir los desafíos actuales y emergentes más críticos para la integridad e independencia judicial en América Latina y el Caribe.

El evento se enmarca en el apoyo continuo a los Estados Parte a través del Hub Anticorrupción para América Latina y el Caribe de UNODC, en la aceleración de la implementación de la Convención de las Naciones Unidas contra la Corrupción, incluyendo su artículo 11, que aboga por el fortalecimiento de la integridad judicial. Se alineó con la visión y los objetivos de la Red Mundial de Integridad Judicial de UNODC para fomentar el intercambio de experiencias y conocimientos sobre los desafíos emergentes. También apoyó la implementación de las hojas de ruta adoptadas por las tres Plataformas Regionales Anticorrupción para América del Sur y México, Centroamérica y el Caribe, que identifican el fortalecimiento de la integridad judicial como una de las áreas prioritarias para la región.

Durante la reunión, los poderes judiciales participantes de América Latina y el Caribe debatieron sobre las áreas temáticas prioritarias que suponen un desafío para los sistemas judiciales de la región. Las recomendaciones que se detallan a continuación reflejan los resultados clave de las discusiones sostenidas en el evento, capturando las ideas y sugerencias colectivas sobre cómo avanzar en la integridad judicial en la región. Estas recomendaciones están destinadas a servir como guía de acción para los poderes judiciales de la región, reconociendo que existen interconexiones entre las diferentes áreas temáticas y que ciertas recomendaciones tienen un carácter transversal.

La independencia judicial como piedra angular del Estado de Derecho:

- Garantizar la seguridad efectiva y eficiente de la función judicial, que incluya medidas de protección física (personal y familiar), para salvaguardar de presiones indebidas, amenazas e interferencias los procesos de toma de decisiones, cuando sea necesario,



REGIONAL MEETING ON JUDICIAL INTEGRITY FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

6-8 AUG 2024 | BRASÍLIA, BRAZIL



considerando la diversidad de los países de la región y al interior de los territorios de los países.

- Garantizar el presupuesto necesario, los recursos humanos y materiales (incluidos los recursos de infraestructura y de capacitación) para que la función judicial opere de manera eficiente, eficaz y de manera independiente.
- Reconociendo que la estabilidad del ejercicio es fundamental para la independencia judicial, adoptar procesos claros, transparentes y basados en criterios objetivos para el nombramiento, la promoción y el traslado de jueces y fiscales.
- Reconociendo que una comunicación efectiva por parte del poder judicial es fundamental para la independencia judicial y el Estado de Derecho, considerar establecer mecanismos y canales de comunicación profesionalizados y formales con la ciudadanía para reforzar la confianza pública en el poder judicial y también considerar contar con el respaldo institucional a las decisiones de sus miembros, cuando sea necesario.

Justicia abierta y transparencia judicial:

- Proporcionar información en un lenguaje claro, sencillo, conciso e incluyente acerca del mandato, las funciones y los procedimientos del sistema judicial de acuerdo con el público que va a recibir esa información.
- Promover políticas de información a los usuarios de la justicia y a los funcionarios judiciales sobre los comportamientos o acciones que constituyen conductas contrarias a la ética judicial, así como la forma de denunciarlos.
- Desarrollar y realizar programas de formación y concienciación para las partes interesadas para fomentar un enfoque integrador en el desarrollo y la aplicación de políticas que afecten al funcionamiento del sistema judicial.
- Establecer unidades y/o puntos focales especializados, así como protocolos de actuación, para compartir información y para atender a los usuarios, que también sirvan como canal de contacto con los medios de comunicación.
- Fomentar alianzas con la academia, los medios de comunicación, las asociaciones, la sociedad civil y los jóvenes, entre otros, para sensibilizarlos acerca de sus derechos y cómo pueden participar para promover la integridad.



REGIONAL MEETING ON JUDICIAL INTEGRITY FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

6-8 AUG 2024 | BRASÍLIA, BRAZIL



- Promover la transparencia, sensibilizando a los/las jueces/zas acerca de la percepción de la ciudadanía de sus actos, y sobre cómo estos repercuten en la imagen del poder judicial en su conjunto.

Nuevas tecnologías e inteligencia artificial (IA):

- Desarrollar e implementar herramientas y plataformas digitales para mejorar la eficiencia y la accesibilidad de la administración judicial, incluida la gestión, distribución y ponderación de casos, la programación, el archivo electrónico, la investigación jurídica y las audiencias virtuales. Al hacerlo, gestionar los riesgos potenciales asociados a la brecha digital, la seguridad y privacidad de la información y la ciberseguridad.
- Promover la capacitación sobre los desafíos y oportunidades que ofrecen las nuevas tecnologías, incluida la inteligencia artificial a jueces y personal de los tribunales para que estén bien equipados para aprovechar estas herramientas de forma eficaz y ética, y garantizar programas eficaces de comunicación y divulgación para sensibilizar a las partes interesadas, incluidos abogados y el público, con el fin de concienciar, superar la resistencia, así como generar confianza pública.
- Conscientes de que la integración de la inteligencia artificial en los procesos judiciales es inevitable y reconociendo su valor en la detección de falsificaciones profundas (*deep fakes*) y pruebas carentes de integridad, los poderes judiciales deben aprovechar sus ventajas para aumentar la eficiencia, gestionar grandes volúmenes de datos y protegerse contra las amenazas conocidas y potenciales causadas por los avances tecnológicos, manteniendo al mismo tiempo los principios de integridad judicial, imparcialidad, responsabilidad y transparencia.
- Al desarrollar e implementar herramientas de inteligencia artificial en el sistema judicial, definir sus funciones y limitaciones para evitar riesgos éticos, como los sesgos inherentes, así como garantizar que la inteligencia artificial proporcione asistencia complementaria a los miembros del poder judicial, que conservan el control y la responsabilidad final sobre la toma de decisiones para garantizar la legitimidad derivada de su función y estatus.
- Mantenerse informado sobre los avances tecnológicos y las tendencias emergentes, y evaluar y adaptar continuamente el uso de la tecnología y la inteligencia artificial para satisfacer las necesidades cambiantes, reconociendo que podría llegar el momento en que la confianza pública sea mayor en la toma de decisiones apoyada por algoritmos e



REGIONAL MEETING ON JUDICIAL INTEGRITY FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN

6-8 AUG 2024 | BRASÍLIA, BRAZIL



inteligencia artificial, ya que la posibilidad de prejuicios, sesgos, discriminación o corrupción humana podría reducirse o eliminarse.

- Facilitar el intercambio de experiencias, la colaboración y la cooperación regional en materia de nuevas tecnologías e inteligencia artificial para abordar problemas regionales comunes, compartir buenas prácticas y experiencias, y enfrentar las posibles consecuencias de la brecha digital.

Cuestiones relacionadas con la integridad judicial y el género:

- Se recomienda publicar anualmente datos oficiales sobre el número y porcentaje de hombres y mujeres en el poder judicial, detallando el nivel y el lugar, y que un organismo internacional, como UNODC, los recopile.
- Recordar la necesidad de adoptar criterios obligatorios e ilustrativos para juzgar con perspectiva de género, incluyendo la interseccionalidad como un factor relevante.
- Promover programas integrales de capacitación enfocados en la perspectiva de género, destinado a los operadores del derecho y auxiliares y a la comunidad como un todo.
- Fomentar políticas públicas en materia de igualdad de género para los poderes judiciales, incluido aquellas relacionadas con la promoción, la discriminación positiva y un ambiente equitativo.
- Garantizar un ambiente igualitario, libre de violencia y acoso y establecer los medios preventivos y sancionadores para lograrlo, incluyendo medidas multidisciplinarias.

El bienestar de los jueces como un desafío emergente para la integridad judicial:

- Fomentar una cultura dentro del poder judicial que priorice el bienestar de los jueces, manteniendo un entorno de apoyo, eliminando el estigma y animando a los jueces a expresar sus necesidades.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO Nº 0004392-53.2024.2.00.0814
CLASSE: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS (1199)
REQUERENTE: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ
REQUERIDO: CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - TJPA

DECISÃO
EMENTA: STJ. DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA SOBRE
INTEGRIDADE JUDICIAL. DIRETRIZES PARA A
INDEPENDÊNCIA JUDICIAL. TRANSPARÊNCIA. USO ÉTICO
DE NOVAS TECNOLOGIAS. IGUALDADE DE GÊNERO. BEM-
ESTAR DOS MAGISTRADOS E MAGISTRADAS. OFÍCIO
CIRCULAR A MAGISTRADOS DO TJPA.

Trata-se de comunicação da Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais do Superior Tribunal de Justiça (STJ), referente à Declaração de Brasília sobre Integridade Judicial, aprovada durante o Encontro Regional de Integridade Judicial para a América Latina e o Caribe, realizado em Brasília-DF, de 6 a 8 de agosto de 2024.

O evento, organizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), pelo STJ e pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), contou com a participação de 80 representantes judiciais de 21 países, que debateram temas emergentes e estruturais para a integridade e independência judicial na região. Do Brasil, participaram representantes de tribunais de justiça, de tribunais regionais federais e tribunais regionais do trabalho.

A Declaração destaca como prioridades o fortalecimento da independência judicial, com medidas para garantir segurança, recursos e transparência nos processos de transferência de magistrados, visando preservar a estabilidade no cargo; a promoção de justiça aberta e transparência, incentivando a comunicação clara entre o Judiciário e o público; e a implementação ética de novas tecnologias e ferramentas de inteligência artificial, com capacitação dos magistrados para assegurar a privacidade e a integridade dos processos.

Além disso, estabelece diretrizes para políticas de igualdade de



gênero no Judiciário e incentiva iniciativas voltadas ao bem-estar dos magistrados e magistradas, considerando um ambiente de apoio e valorização de sua saúde e equilíbrio emocional, entre outras.

Diante do exposto, expeça-se Ofício Circular a todos os magistrados e magistradas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), anexando a Declaração de Brasília sobre Integridade Judicial como documento orientador para o aprimoramento das práticas judiciais locais, em consonância com as diretrizes internacionais.

Cumprida a diligência, certifique-se e após, ARQUIVE-SE.

À Secretaria, para cumprimento, servindo cópia desta de ofício.
Belém, data registrada no sistema.

Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR
Corregedor-Geral de Justiça

